

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
 Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Promotiva S.A. relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, acompanhadas das notas explicativas e do parecer dos auditores independentes.
 A Promotiva S.A. é uma companhia de capital fechado que tem como objetivo social a prestação de serviços de promoção de vendas e/ou representação comercial de consórcios, seguridade, capitalização, créditos para celular e outros serviços e produtos financeiros no País; a operacionalização de contratos e convênios de

prestação de serviços; prestação de serviços de gestão comercial, de assessoria e mercadológica, assessoria técnica e administrativa na área financeira; prestação de serviços de correspondente; participação em outras sociedades e execução de quaisquer outras atividades que se relacionem com o seu objeto social.
 No encerramento do exercício de 2019, a Promotiva S.A. registrou resultado de R\$ 29,2 milhões, antes de R\$ 20,5 milhões em 2018. Já o patrimônio líquido evoluiu de R\$ 45,4 milhões no encerramento de 2018 para R\$ 67,7 milhões em 2019.
 Aos acionistas da Promotiva é assegurado dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes a 25% do lucro

de cada período, deduzindo-se o montante destinado à Reserva legal. A Administração propõe a distribuição sobre o Lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o montante de R\$ 6.935 (R\$ 4.873 em 31 de dezembro de 2018). Em 11 de dezembro de 2019, os sócios aprovaram o pagamento de dividendos antecipados no valor de R\$ 6.310, pagos integralmente em 18 de dezembro de 2019.
 Agradecemos aos nossos acionistas, clientes e parceiros pelo sucesso alcançado em 2019.
 São Paulo, 5 de março de 2020
A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Valores expressos em milhares de Reais)			
	Nota	31.12.2019	31.12.2018
ATIVO CIRCULANTE		107.538	64.026
Caixa e equivalentes de caixa	4	303	164
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	5	27.405	-
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado	6	25.585	23.042
Ativos tributários correntes	7	46.929	33.567
Ativos tributários diferidos	7	7.076	7.074
Outros ativos		240	179
ATIVO NÃO CIRCULANTE		375	19.384
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros resultados abrangentes	5	-	19.018
Ativos tributários diferidos	7	106	106
Ativos tangíveis	8	268	257
Ativos intangíveis	9	1	3
TOTAL DO ATIVO		107.913	83.410

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Valores expressos em milhares de Reais)			
	Nota	31.12.2019	31.12.2018
PASSIVO CIRCULANTE		38.960	37.992
Passivos tributários correntes	10	15.992	13.620
Dividendos a pagar	12c	625	759
Outros passivos	11	22.343	23.613
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		1.272	-
Outros passivos	11	1.272	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		67.681	45.418
Capital Social	12a	29.570	16.189
Reservas		38.111	29.229
TOTAL DO PASSIVO		107.913	83.410

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Valores expressos em milhares de Reais)					
	Nota	Capital Social		Reservas de Lucros	
		Capital	Reserva Legal	Outras Reservas	Lucros acumulados
EVENTOS					
Saldos em 31.12.2017	16.189	1.441	12.145	-	-29.775
Lucro Líquido do período	-	-	-	-	20.516
Destinações:					
Reserva legal	-	1.026	-	-	(1.026)
Dividendos mínimos obrigatórios	12c	-	-	-	(4.873)
Reserva estatutária	-	-	14.617	-	(14.617)
Saldos em 31.12.2018	16.189	2.467	26.762	-	45.418
Mutações do período		1.026	14.617	-	-15.643
Saldos em 31.12.2018	16.189	2.467	26.762	-	45.418
Aumento de capital	13.381	-	(13.381)	-	-
Lucro Líquido do período	-	-	-	-	29.198
Destinações:					
Reserva legal	-	1.460	-	-	(1.460)
Dividendos mínimos obrigatórios	12c	-	-	-	(6.935)
Reserva estatutária	-	-	20.803	-	(20.803)
Saldos em 31.12.2019	29.570	3.927	34.184	-	67.681
Mutações do período	13.381	1.460	7.422	-	-22.263

O Lucro por Ação está divulgado na Demonstração do Resultado.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Valores expressos em milhares de Reais)					
	Nota	Exercício/2019	Exercício/2018		
Receitas		69.378	51.334		
Receitas de prestação de serviços	13	67.345	49.959		
Receitas de juros	5c	1.522	1.174		
Outras receitas/(despesas)		511	201		
Insuamos Adquiridos de Terceiros		(1.718)	(1.351)		
Manutenção e conservação de bens	15	(161)	(131)		
Publicação, propaganda e publicidade	15	(119)	(59)		
Serviços técnicos especializados	15	(155)	(212)		
Outros		(1.283)	(949)		
Valor Adicionado Bruto		67.660	49.983		
Despesas de amortização/depreciação	15	(52)	(47)		
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade		67.608	49.936	100,00%	
Valor Adicionado a Distribuir		67.608	49.936	100,00%	
Valor Adicionado Distribuído		67.608	49.936	100,00%	
Pessoal		8.213	6.930	13,88%	
Salários e honorários		5.797	5.532		
Participação de empregados e administradores nos Lucros e Resultados		814	355		
Benefícios, treinamentos e previdência privada complementar	14	1.109	665		
FGTS		493	378		
Impostos, Taxas e Contribuições		29.262	43,28%	22.127	44,31%
Federais		22.640	16.992		
Municipais		6.622	5.135		
Remuneração de Capitais de Terceiros		935	1,38%	363	0,73%
Aluguéis	15	935	363		
Remuneração de Capitais Próprios		29.198	43,19%	20.516	41,08%
Dividendos		6.935	4.873		
Lucro retido		22.263	15.643		

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1. A PROMOTIVA E SUAS OPERAÇÕES
 A Promotiva S.A. (Companhia, instituição ou entidade) é uma companhia de capital fechado que tem como objetivo social a prestação de serviços de promoção de vendas e/ou representação comercial de consórcios, seguridade, capitalização, créditos para celular e outros serviços e produtos financeiros no País; a operacionalização de contratos e convênios de prestação de serviços; prestação de serviços de gestão comercial, de assessoria e mercadológica, assessoria técnica e administrativa na área financeira; prestação de serviços de correspondente; participação em outras sociedades e execução de quaisquer outras atividades que se relacionem com o seu objeto social.
 As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro (Conglomerado Econômico-Financeiro Votorantim), inclusive em relação ao gerenciamento de riscos. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de seus serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
2.1. Declaração de conformidade
 As Demonstrações Financeiras foram elaboradas conforme as disposições previstas na legislação societária vigente, tendo a sua base de preparação as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2.2. Base de reconhecimento e mensuração
 As compras e as vendas regulares de instrumentos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.
 Os ativos financeiros são revertidos/baixados quando os direitos de receber os fluxos de caixa se expiram ou quando a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade, de tal forma que justifique a reversão. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo.
 Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na Demonstração do Resultado em Receitas/Despesas de juros no exercício em que ocorrem.
 Os valores justos dos ativos financeiros com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra e venda. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recém contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado dependendo do mínimo possível de informações geradas pela Administração.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação
 As Demonstrações Financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Estimativas contábeis e julgamento
 A elaboração das Demonstrações Financeiras requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas regularmente.

2.5. Autorização das demonstrações financeiras
 A emissão das Demonstrações Financeiras foi autorizada pela Administração em 05 de março de 2020.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
 As políticas contábeis são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados e de maneira uniforme.

a) Apuração do resultado
 As receitas são reconhecidas de acordo com os conceitos estabelecidos no CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente ou CPC 48 - Instrumentos Financeiros, de acordo com a natureza de prestação de serviço ou rendimento de instrumento financeiro.
 As despesas são reconhecidas nas demonstrações contábeis dos períodos a que se referem, seguindo o conceito das normas aplicáveis à sua natureza.
 Receitas e as despesas de juros decorrentes dos ativos e passivos que rendem e pagam remuneração são reconhecidas no resultado do período de acordo com os conceitos estabelecidos no CPC 48, pela taxa efetiva de juros.
 Os serviços provindos de contratos com clientes são reconhecidas de acordo com os princípios descritos no CPC 48, pelo valor que reflete contraprestação a que a entidade espera ter direito em troca desses produtos ou serviços. O processo de reconhecimento de receitas ocorre de acordo com as seguintes etapas:
 i. Identificação do contrato e obrigações de desempenho;
 ii. Determinação do preço da transação;
 iii. Alocação do preço da transação; e
 iv. Reconhecimento da receita.
 Se houver um instrumento financeiro associado e as receitas provenientes das tarifas forem consideradas como parte da taxa de juros efetiva, deixam de ser reconhecidas pelo CPC 47 e passam a ser reconhecidas considerando os preceitos do CPC 48, no resultado de forma diferida pelo prazo e prazo do instrumento financeiro.

b) Caixa e equivalentes de caixa
 Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e outras aplicações, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias.

c) Ativos e passivos financeiros
 De acordo com o CPC 48, todos os ativos e passivos financeiros, incluindo os instrumentos financeiros derivativos devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial e mensurados de acordo com a categoria no qual o instrumento foi classificado.
 Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados sob as seguintes categorias:
 i. Ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR);
 ii. Ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado - designados a valor justo; iii. Ativos financeiros mensurados ao valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA);
 iv. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
 v. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado;
 vi. Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.
 A classificação contábil depende tanto da definição do Modelo de Negócios quanto do atendimento ao teste SPPI (Solely Payments of Principal and Interest - Somente Pagamento de Principal e Juros).
 O teste de SPPI evidencia se os fluxos de caixa das operações são exclusivamente formados por pagamentos de principal e juros sobre o montante principal em aberto. Esta avaliação é baseada na análise de performance e nos termos do ativo financeiro. Deste modo, é necessário avaliar se os ativos financeiros incluem termos contratuais que podem afetar significativamente os fluxos de caixa contratuais futuros.
 Os Modelos de Negócios da entidade refletem como um ativo financeiro ou grupos de ativos financeiros são gerenciados para se alcançar um objetivo de negócio. Sendo assim, a classificação dos modelos de negócios dos ativos financeiros da entidade é feita conforme cada produto ou carteira de produtos é gerenciado, conforme requerido pelo CPC 48.
 • Modelo de Negócio cujo o objetivo é manter ativos com o fim de receber fluxos de caixa contratuais (custo amortizado); nesse modelo os ativos são mensurados ao custo amortizado, utilizando-se a taxa de juros efetiva.
 • Modelo de Negócio cujo o objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros (valor justo por meio de outros resultados abrangentes): nesse modelo os ativos são mensurados ao valor justo, ganhos e perdas não realizados (exceto perda de crédito esperada, diferenças cambiais, dividendos e juros) são reconhecidos no Patrimônio Líquido.
 • Outros Modelos de Negócio: nesse modelo são classificados os ativos que não estejam enquadrados em nenhum dos modelos descritos anteriormente ou que tenham sido designados a valor justo no resultado, sendo mensurados ao valor justo, ganhos e perdas são reconhecidos diretamente no resultado.
 A classificação contábil segue o modelo de negócio atribuído, a menos que o instrumento não atenda ao Teste de SPPI. Os ativos financeiros que não passam no teste de SPPI não podem ser mensurados por meio de custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes, devendo obrigatoriamente serem mensurados por meio do valor justo por meio de resultado (marcação a mercado no resultado).
 Os ativos podem ser mensurados como custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou valor justo por meio do resultado.
 • Custo amortizado: A contabilização deste método de mensuração é realizada por meio da apropriação (accrual) dos juros do ativo financeiro no resultado.
 • Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): A contabilização deste método de mensuração é realizada por meio da marcação a mercado do ativo financeiro no patrimônio líquido na rubrica "Outros Resultados Abrangentes".
 • Valor Justo por meio do resultado (VJR): A contabilização deste método de mensuração é realizada por meio da marcação a mercado do ativo financeiro no resultado.

Instrumentos de Patrimônio
 As características destes ativos financeiros não atendem os conceitos do teste SPPI, ou seja, não apresentam exclusivamente pagamento de principal e juros. Desta forma, automaticamente estes ativos devem ser classificados como valor justo por meio do resultado - designados a valor justo; a opção irrevogável de classificá-los como valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Caso essa exceção seja utilizada, os ganhos ou perdas no valor justo do ativo são reconhecidos em outros resultados abrangentes e não são reclassificados para o resultado em nenhuma hipótese, somente dividendos recebidos são reconhecidos em resultado.
 A metodologia de avaliação ao valor justo foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta desse, o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgados por fontes externas ou o valor líquido provável de realização obtido com a utilização de curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índice de preços e moedas, além de eventuais ajustes nos preços de títulos de baixa liquidez.
 Os rendimentos auferidos com os ativos financeiros, independentemente da categoria em que estão classificados, são calculados pro rata die, com base na variação do indexador e na taxa efetiva de juros, pelo método exponencial ou linear, até a data do vencimento ou da venda definitiva do título, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período.

d) Ativos e passivos tributários
 O Imposto de Renda foi apurado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10% e a Contribuição Social foi apurada com base na alíquota de 9%, ambas, aplicáveis ao Lucro tributável. O PIS (Programa Integração Social) foi apurado com base nas alíquotas de 0,65% (regime cumulativo) e 1,65% (regime não cumulativo), ambos aplicáveis sobre as receitas auferidas pela Companhia, reduzida das exclusões e deduções permitidas pela legislação em vigor.
 A COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) foi apurada com base na alíquota de 4% (regime cumulativo) e 7,6% (regime cumulativo e não cumulativo), ambos aplicáveis sobre as receitas auferidas pela Companhia, reduzida das exclusões e deduções permitidas pela legislação em vigor.

O IIS (Imposto Sobre Serviços) foi apurado considerando alíquota de 2% sobre as receitas de serviços prestados pela Companhia.
 Impostos correntes ativos e impostos correntes passivos somente são compensados, e o valor líquido é reportado no Balanço Patrimonial, quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

e) Ativos tangíveis
 Os ativos tangíveis são reconhecidos pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação cujo valor é calculado pelo método linear às seguintes taxas anuais, de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo:
 • Sistemas de processamento de dados - 20%;
 • Demais itens - 10%.
 A Companhia avalia ao fim de cada período de reporte se há alguma indicação de que um ativo tangível tenha sofrido desvalorização.

f) Outros ativos e outros passivos
 Outros ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas (em base pro rata die) e provisão para perda, quando julgada necessária. Outros passivos estão demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridas (em base pro rata die).

g) Provisão para perdas por redução ao valor recuperável - Aplicação Geral
 O modelo de redução ao valor recuperável de ativos financeiros prevê a constituição de provisão como perdas de crédito esperadas para 12 meses ou perdas de crédito esperadas para a vida inteira do contrato. Essa segregação se dá pela segregação das carteiras em estágios, a migração de estágios ocorre em função do aumento/liquidação significativa no risco de crédito dos instrumentos.
 Em relação a ativos não financeiros, o teste de perda por redução ao valor recuperável é realizado no mínimo anualmente, de forma a apurar se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, o Conglomerado estima o valor recuperável do ativo que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso. Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na rubrica "Outros resultados operacionais".

h) Principais normas e interpretações que entram em vigor no exercício findo em 31 de dezembro de 2019
 CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil - O pronunciamento substitui o CPC 06 (R1), bem como interpretação relacionada (ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil). Elimina a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em: (a) reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais; (b) reconhecer inicialmente o arrendamento no ativo e passivo a valor presente; e (c) reconhecer a depreciação e os juros do arrendamento separadamente no resultado. Para o arrendador, a contabilização permanecerá segregada entre operacional e financeiro. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019. Não houve impactos na adoção da norma.

i) Principais normas e interpretações que entrarão em vigor após o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e sem adoção antecipada
Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro - revisão cujas principais alterações referem-se a: definições de ativo e passivo; critérios para reconhecimento, baixa, mensuração, apresentação e divulgação para elementos patrimoniais e de resultado. Alteração efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2020. Não haverá impactos na adoção da norma.

j) Normas e interpretações que entrarão em vigor no exercício findo em 31 de dezembro de 2018
CPC 48 - Instrumentos Financeiros - Pronunciamento que visa substituir o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, bem como interpretações relacionadas (ICPC 06 - Hedge de Investimento Líquido em Operação no Exterior, exceto para as entidades que optarem por continuar a utilizar o registro de hedge accounting pelo CPC 38 e OCPC 03 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação). O CPC 48 inclui: (a) classificação e mensuração de ativos baseadas nos modelos de negócios da instituição; (b) um modelo único de impairment para instrumentos financeiros, que oferece uma resposta às perdas esperadas; (c) a remoção da volatilidade em resultado oriunda de risco de crédito próprio; e (d) uma nova abordagem para a contabilidade de hedge. Norma efetiva para exercícios iniciados em 1º de Janeiro de 2018. Não houve impactos significativos na adoção da norma.

	31.12.2019	31.12.2018
Disponibilidades	303	164
Total	303	164

5. ATIVOS FINANCEIROS - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
a) Composição por categoria

	31.12.2019		31.12.2018	
	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo
1 - Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	27.405	27.405	-	19.018
Certificado de Depósito Bancário	27.405	27.405	-	-
Título público federal - LFT	-	-	19.018	19.018
Total (1+2+3)	27.405	27.405	-	19.018

b) Composição por faixa de vencimento
 Os ativos financeiros classificados na categoria "ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado" são apresentados no Balanço como ativo circulante, independente dos prazos de vencimento dos respectivos títulos.

	Até 360 dias	De 1 a 3 anos	Total
Em 31.12.2019	27.405	-	27.405
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	27.405	-	27.405
Em 31.12.2018	-	19.018	19.018

c) Receita de juros

	Exercício/2019	Exercício/2018
Títulos de renda fixa	1.522	1.174
Total	1.522	1.174

6. ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO

	31.12.2019	31.12.2018
Outros recebíveis		
Serviços prestados a receber	25.585	23.042
Total	25.585	23.042
Ativo circulante	25.585	23.042

7. ATIVOS TRIBUTÁRIOS

	31.12.2019	31.12.2018
Corrente		
Imposto de Renda a compensar	18.185	14.106
Contribuição Social a compensar	4.102	3.829
Imposto de Renda a recuperar	6.660	4.072
Contribuição Social a recuperar	644	224
PIS a compensar	3.091	2.021
COFINS a compensar	14.247	9.315
Total	46.929	33.567
Ativo circulante	46.929	33.567
31.12.2019	31.12.2018	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

b) Conciliação dos encargos de IR e CSLL

	<u>Exercício/2019</u>	<u>Exercício/2018</u>
Resultado antes dos tributos e participações	43.815	31.112
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social	(14.617)	(10.596)
Encargo total do IR (aliquota de 25%) e CSLL (aliquota de 9%)	(15.174)	(10.698)
Outros valores	557	102

18. PARTES RELACIONADAS

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao Pessoal Chave da Administração da Companhia, formado pela Diretoria:

	<u>Exercício/2019</u>	<u>Exercício/2018</u>
Honorários, Pró-labore e previdência privada complementar	792	119
Gratificações	623	905
Encargos sociais	383	286
Total	1.798	1.310

As operações com partes relacionadas compreendem as empresas que compõem o Banco Votorantim, Conglomerado Banco do Brasil e a Votorantim S.A. (dentre as principais empresas destacam-se: Votorantim Finanças, Votorantim Cimentos e Votorantim Energia).

	31.12.2019		Total
	Conglomerado do Banco do Brasil	Banco Votorantim S.A.	
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	63	–	240
Ativos financeiros	–	–	27.405
Passivos			
Dividendos a pagar	–	–	(625)
			(625)
Resultado			
Receitas de juros	–	–	5

	31.12.2018		Total
	Conglomerado do Banco do Brasil	Banco Votorantim S.A.	
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	2	–	162
Passivos			
Dividendos a pagar	–	–	(759)

19. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Os principais benefícios oferecidos aos empregados da Companhia, previstos em acordo coletivo da categoria são seguro saúde, seguro de vida, assistência odontológica, vales-refeição e alimentação, programas de remuneração variável e participação nos lucros e resultados. Dentre os benefícios mencionados, destacamos os programas de remuneração variável.

Os Programas de Remuneração de Curto Prazo e Longo Prazo: Incentivo Variável Condicionado, Incentivo de Longo Prazo e Programa de Compra de Ações Virtuais, aprovados pelo Conselho de Administração em 10 de maio de 2012, foram encerrados no exercício de competência de 2016 com efeitos até 2021.

No primeiro semestre de 2017, a Companhia implementou um novo Programa de Remuneração Variável. São elegíveis ao programa os diretores e empregados da Companhia. Esse programa foi aprovado pelo Conselho de Administração em 09 de março de 2017.

A Companhia também possui um plano de incentivo de longo prazo que tem como objetivo (i) atração, motivação e retenção de talentos; (ii) alinhamento dos interesses dos diretores e empregados aos objetivos e interesses dos acionistas; (iii) geração de resultados e criação sustentável de valor; e (iv) criação de uma visão de longo prazo.

Plano ILP: plano com duração de 4 anos e consiste na concessão de um incentivo em espécie atrelado ao desempenho da organização no horizonte de tempo.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram reconhecidos no resultado, em Despesas de Pessoal - Proventos da Companhia R\$ 723 (R\$ 836 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018) em relação às transações de incentivos de longo prazo. Os incentivos geralmente tornam-se de direito entre 1 e no máximo 4 anos contados da data da concessão.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, na Companhia, ocorreram pagamentos aos colaboradores referentes aos Programas de Remuneração de Longo Prazo no valor de R\$ 30, decorrente do programa de 2015.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia registrou na rubrica Outras obrigações - Diversas - Provisão para pagamentos a efetuar o montante de R\$ 1.732 (R\$ 1.492 em 31 de dezembro de 2018).

O valor da ação virtual é calculado, no mínimo, trimestralmente com base nos resultados da Companhia dos registros efetuados diretamente em contas do Patrimônio Líquido seguindo premissas contábeis vigentes. No valor do referido Patrimônio Líquido as movimentações não recorrentes são avaliadas individualmente e submetidas ao Comitê de Remuneração para deliberação quanto à sua exclusão ou não do cálculo do Patrimônio Líquido base para a valorização da ação virtual.

Movimentação de ações virtuais

	<u>Exercício/2019</u>	<u>Exercício/2018</u>
Quantidade inicial	41.539	49.918
Novos/Atualizações	7.680	16.755
Pagas	(25.133)	(25.134)
Canceladas	(6.283)	–
Quantidade final	17.803	41.539

20. PASSIVOS CONTINGENTES

A Companhia não é parte em processos judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, cíveis e trabalhistas.

21. GERENCIAMENTO DE RISCOS

a) Processo de gestão de riscos

A Instituição realiza a gestão do risco de crédito por intermédio da adoção de instrumentos e ferramentas que permitem a identificação, avaliação, mensuração, acompanhamento e reporte do risco incorrido em suas atividades nas principais etapas do risco de crédito, sendo elas a concessão de crédito, monitoramento de crédito e recuperação de crédito.

A abordagem integrada para gestão de riscos compreende a adoção de instrumentos que permitem a consolidação e controle dos riscos relevantes incorridos pela Companhia. Esta abordagem tem por objetivo organizar o processo decisório e definir os mecanismos de controle dos níveis de risco aceitáveis e compatíveis com o volume de Capital disponível, em linha com a estratégia de negócio adotada.

A consolidação dos riscos abrange as exposições relevantes inerentes às linhas de negócio da Companhia, agrupados principalmente nas seguintes categorias de riscos: de mercado, de liquidez, de crédito e operacional. Esta consolidação é feita através de processo estruturado que compreende o mapeamento, a apuração e a totalização dos valores em risco.

Os níveis de exposição a riscos são monitorados por meio de uma estrutura de limites de risco, que são incorporados às atividades diárias da Companhia, através de um processo estruturado de gestão e de controle, que atribui responsabilidades funcionais às áreas envolvidas. O envolvimento da Alta Administração se dá no acompanhamento e na execução das ações necessárias à gestão dos riscos.

O retorno financeiro é apurado através de processos que permitem o acompanhamento da rentabilidade gerencial das várias linhas de negócio, consistentemente com a programação orçamentária e de forma aderente aos resultados contábeis realizados.

Em síntese, a Companhia adota os seguintes fundamentos na prática da gestão integrada de riscos:

- Visão consolidada de riscos;
- Compatibilização entre níveis de exposição a riscos, limites autorizados e retorno financeiro pretendido;
- Segregação funcional entre áreas de negócio, controle de riscos, auditoria e processamento operacional;
- Adoção de metodologias de cálculo de riscos em função das práticas de mercado; e
- Envolvimento da Alta Administração.

Em linha ao estabelecido pela Resolução nº 4.557 do Conselho Monetário Nacional (CMN), a Instituição dispõe de estruturas e políticas institucionais para o gerenciamento do risco operacional, risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez aprovados pelo Conselho de Administração. Os princípios básicos observados na gestão e controle foram estabelecidos de acordo com a regulamentação vigente e práticas de mercado.

b) Risco de crédito

Risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a:

- Não cumprimento pela contraparte (o tomador de recursos, o garantidor ou o emissor de título ou valor mobiliário adquirido), de suas obrigações nos termos pactuados;
- Desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumentos financeiros decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador;
- Reestruturação de instrumentos financeiros; ou
- Custos de recuperação de exposições de ativos problemáticos.

Os estágios de enquadramento dos ativos são revisados mensalmente, a fim de capturar eventuais alterações na capacidade financeira dos clientes. Poderão ocorrer migrações de operações entre os estágios, quando a análise apontar melhora ou agravamento do risco de crédito da operação.

Um ativo migrará de estágio a medida que seu risco de crédito aumentar. Se, em um período subsequente, a qualidade de um ativo financeiro melhorar ou o aumento significativo no risco de crédito anteriormente identificado for revertido, o ativo financeiro poderá voltar para estágios anteriores.

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é definido como:

- A possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- Possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado, uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

d) Risco operacional

Risco operacional é definido como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Esta definição inclui o Risco Legal associado a inadequações ou deficiências em contratos firmados pela Companhia, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Companhia. Entre os eventos de risco operacional, incluem-se:

- Fraudes internas e externas;
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Danos a ativos físicos próprios ou em uso pela Companhia;
- Situações que acarretem a interrupção das atividades da Companhia;
- Falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI);
- Falhas na execução, no cumprimento de prazos ou no gerenciamento das atividades pela Companhia.

e) Risco mercado

Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da flutuação nos valores de mercado de exposições detidas por uma Instituição Financeira. Estas perdas financeiras podem ser incorridas em função do impacto produzido pela variação de fatores de risco, tais como taxas de juros, paridades cambiais, preços de ações e de commodities, entre outros.

Hierarquia de valor justo

O cálculo do valor justo está sujeito a uma estrutura de controle definida para garantir que os valores calculados sejam determinados por um departamento independente do tomador de risco. O valor justo é determinado de acordo com a seguinte hierarquia:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;
- **Nível 2:** inputs incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3:** premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Todos os ativos financeiros estão contabilizados pelo seu valor justo e enquadram-se no nível 2. O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, e aqueles preços que representam transações de mercado reais e ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

A melhor evidência de valor justo é o preço cotado em mercado ativo. A maioria das técnicas de avaliação emprega dados observáveis de mercado, caracterizando alto grau de confiança no valor justo estimado. O valor justo apurado para os instrumentos financeiros classificados como Nível 1 pressupõe o aparecimento, no mínimo diário, através de cotações de preços, índices e taxas imediatamente disponíveis para transações não forçadas e oriundas de fontes independentes.

f) Processo de Gestão de Capital

Segundo as regulamentações do BACEN e, em consonância com as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, a Instituição adota as diretrizes prudenciais de gestão de Capital de forma consolidada visando uma administração eficiente e sustentável de seus recursos e colaborando para a promoção da estabilidade do Sistema Financeiro Nacional.

Em linha ao estabelecido pelas Resoluções nº 3.988 e nº 4.557 do Conselho Monetário Nacional (CMN), a Instituição dispõe de estrutura e políticas institucionais para o gerenciamento do capital, aprovado pelo Conselho de Administração, em consonância com o Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP), contemplando os seguintes itens:

- Gestão de capital por meio de processo contínuo de planejamento, avaliação, controle e monitoramento do capital necessário para fazer frente aos riscos relevantes;
- Políticas e estratégias documentadas;
- Fóruns específicos para compor estratégias e efetuar a gestão do uso do Capital;
- Plano de Capital para três anos, abrangendo metas e projeções de Capital, principais fontes de captação e plano de contingência de Capital;
- Testes de estresse e seus impactos no Capital;
- Relatórios gerenciais para a Alta Administração (Diretoria e Conselho de Administração);
- Avaliação de Suficiência de Capital na Visão Regulatória e Econômica; e
- Reporte ao regulador relativos à gestão de capital, por meio do Demonstrativo de Limites Operacionais e Relatório Anual do ICAAP.

g) Suficiência de Capital (visão Regulatória)

A gestão do capital na instituição é realizada com o objetivo de garantir a adequação aos limites regulatórios e o estabelecimento de uma base sólida de Capital que viabilize o desenvolvimento dos negócios e operações de acordo com o plano estratégico da instituição.

Visando a avaliação da suficiência de capital para fazer frente aos riscos associados e ao cumprimento dos limites operacionais regulatórios, a instituição elabora anualmente um plano de Capital considerando projeções de crescimento da carteira de empréstimos e demais operações e ativos.

Mensalmente após a apuração do Patrimônio de Referência (PR) e do Capital Exigido, são divulgados relatórios gerenciais de acompanhamento do Capital alocado para riscos e os índices de capitais (Basileia, Nível I e Principal) para as áreas envolvidas.

22. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Seguros vigentes em 31 de dezembro de 2019

Riscos Cobertos	Valores Cobertos	Valor do Prêmio
Seguro imobiliário para imóveis em uso de terceiros relevantes	5.718	3

b) Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes das atividades de financiamento

	Passivos		Patrimônio Líquido	
	Dividendos e JCP	Capital Social	Reservas de capital e de lucros	Total
Saldo em 31.12.2018	759	16.189	29.229	46.177
Recursos provenientes da destinação de resultado	5.551	–	22.263	27.814
Dividendos pagos	(6.310)	–	–	(6.310)
Total das variações dos fluxos de caixa de financiamento	(759)	–	22.263	21.504
Variações sem efeito de caixa	625	13.381	(13.381)	625
Aumento de capital	–	13.381	(13.381)	–
Dividendos a distribuir	625	–	–	625
Saldo em 31.12.2019	625	29.570	38.111	68.306
	Passivos	Patrimônio Líquido		
	Dividendos e JCP	Capital Social	Reservas de capital e de lucros	Total
Saldo em 31.12.2017	4.048	16.189	13.586	33.823
Recursos provenientes da destinação de resultado	4.873	–	15.643	20.516
Dividendos pagos	(8.162)	–	–	(8.162)
Total das variações dos fluxos de caixa de financiamento	(3.289)	–	15.643	12.354
Saldo em 31.12.2018	759	16.189	29.229	46.177